



Campestre do Maranhão – MA, 01 de julho de 2026.

Ofício N.º 072.3/2026 - SEMAD

A Senhora
AURYLENE LOPES RIBEIRO
Secretária Municipal de Assistência Social

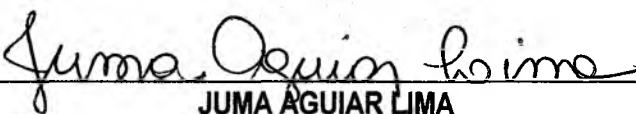
Ref.: Solicita ADITIVO DE PRAZO AO TERMO DE
CONTRATO: Contrato 091.3/2025, oriundo da
Adesão nº 006/2025 e Processo administrativo nº
343000.2025.2152-08.

Senhora Secretária,

O **MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO**, celebrou Contrato nº 091.3/2025, através de procedimento licitatório na modalidade Adesão nº 006/2025, junto a empresa **ELLEM S SOUSA LTDA**, inscrita no CNPJ 28.918.123/0001-25, com sede na Av. Mirante, nº 25, Bairro: Santa Rita, cidade de Governador Edson Lobão/MA, representada legalmente pela Sr.^a Ellem Silva Sousa, inscrito no CPF: ***.628.333-**, tendo como **Objeto**: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gás, peças e serviços de manutenção de centrais de ar condicionados para atender as necessidades da secretaria municipal de Assistência Social do município de Campestre do Maranhão/MA.

Considerando o que consta na legislação vigente mais especificamente no que expõe o Art. 106 e 107 da Lei federal nº 14.133/21, solicitamos de Vossa Excelência, providencias para prorrogação de prazo de execução dos serviços de acordo com a **CLÁUSULA SEGUNDA** do contrato original ficando prorrogada por mais 176(cento e setenta e seis) dias, ficando com a nova vigência 09 de julho de 2026 a 31 de Dezembro de 2026, sendo desta forma celebrando o 1º Termo Aditivo de prorrogação de prazo ao presente contrato firmado entre as partes.

Atenciosamente,


JUMA AGUIAR LIMA

Secretária Municipal de Administração
Portaria nº 04/2025



AUTOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: ADESÃO Nº 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343000.2025.2152-08.
CONTRATO Nº 091.3/2025

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

DESPACHO

Em atendimento ao Ofício N.º 072.3/2026 – SEMAD, encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração por meio de sua secretária, datado de 01 de julho de 2026, venho por meio deste Solicitar autorização para celebração do Primeiro Termo Aditivo visando prorrogar o prazo de execução dos serviços por mais 176 (cento e setenta e seis) dias, ficando com nova vigência de 09 de julho de 2026 a 31 de Dezembro de 2026, de acordo com item 2.4 da **CLAUSULA SEGUNDA** do contrato original e conforme preconiza o Art. 106 e 107 de Lei 14.133/21, em concordância com o contrato celebrado entre o Município de Campestre do Maranhão/MA e a empresa **ELLEM S SOUSA LTDA**, inscrita no CNPJ 28.918.123/0001-25, com sede na Av. Mirante, nº 25, Bairro: Santa Rita, cidade de Governador Edson Lobão/MA, representada legalmente pela Sr.ª Ellem Silva Sousa, inscrito no CPF: ***.628.333-**.

OBJETO DE CONTRATAÇÃO:

Contratação de empresa especializada no fornecimento de gás, peças e serviços de manutenção de centrais de ar condicionados para atender as necessidades da secretaria municipal de Assistência Social do município de Campestre do Maranhão/MA.

Inicialmente observa-se que tal contratação se deu por meio de regular procedimento licitatório e que a empresa contratada vem cumprindo com as obrigações assumidas, conforme acompanhamento da fiscalização, não havendo, até a presente data, registro de sanção, inexecução relevante ou fato impeditivo da prorrogação.

JUSTIFICATIVA PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

A presente justificativa objetiva demonstrar a necessidade de continuidade da contratação destinada ao fornecimento de gás, peças e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar-condicionado utilizadas nos espaços vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social.

A manutenção dos equipamentos de climatização constitui uma necessidade permanente da Secretaria, considerando que suas atividades são desenvolvidas em ambientes destinados ao atendimento direto da população, bem como em setores administrativos e unidades que integram a rede municipal de assistência social.

Os equipamentos de ar-condicionado contribuem para a adequada estrutura física dos locais onde são realizados atendimentos, acompanhamentos, orientações, reuniões, atividades coletivas e demais ações socioassistenciais, proporcionando melhores condições de permanência aos usuários, servidores e demais profissionais envolvidos na execução das políticas públicas de assistência social.



A continuidade dos serviços contratados também se faz necessária para preservar o funcionamento regular dos equipamentos, evitando a ocorrência de falhas decorrentes da ausência de manutenção, bem como o agravamento de problemas técnicos que possam ocasionar maiores despesas ao Município.

O fornecimento de gás e de peças de reposição, associado à execução dos serviços especializados, possibilita que os equipamentos sejam reparados e mantidos em condições adequadas de funcionamento sempre que forem identificadas necessidades de intervenção técnica. Dessa forma, busca-se assegurar maior durabilidade dos aparelhos e preservar o patrimônio público municipal.

A interrupção da contratação poderá ocasionar a indisponibilidade de equipamentos essenciais ao funcionamento adequado dos ambientes utilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, prejudicando a estrutura necessária para a prestação contínua dos serviços públicos destinados à população.

Durante a vigência contratual, a empresa contratada vem atendendo às solicitações apresentadas pela Administração, apresentando condições técnicas e operacionais compatíveis com o objeto contratado, razão pela qual a continuidade do vínculo mostra-se conveniente, desde que permaneçam atendidos os requisitos legais e contratuais pertinentes.

A prorrogação da vigência contratual também representa medida capaz de proporcionar maior eficiência, continuidade e economicidade administrativa, evitando a interrupção dos serviços e a necessidade imediata de instauração de novo procedimento de contratação para atender uma demanda que permanece existente.

A medida deverá ser formalizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os requisitos necessários à prorrogação da vigência contratual e os procedimentos administrativos adotados pelo Município.

Diante dessas considerações, tendo em vista a permanência da necessidade administrativa, a utilização contínua dos equipamentos de climatização nos ambientes vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, a necessidade de conservação do patrimônio público e a importância de assegurar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades socioassistenciais, entende-se devidamente justificada a prorrogação do prazo de vigência contratual, pelo período necessário ao atendimento da demanda da Secretaria, condicionada ao cumprimento dos requisitos legais e administrativos aplicáveis.

Para a regular instrução do processo, deverão constar, entre outros documentos pertinentes, a manifestação de interesse na continuidade da contratação, o ateste de vantajosidade, a comprovação da regularidade e manutenção das condições de habilitação da contratada, a indicação da disponibilidade orçamentária quando cabível e as demais manifestações necessárias à formalização do instrumento de prorrogação.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A despesa relativa a este Termo Aditivo de contrato deverá ocorrer à conta das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO 05= FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE 18: FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 08 244 0007 2027 0000 – GESTÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNAS.

NATUREZA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA



**SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

PREFEITURA DE
CAMPESTRE
DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

NATUREZA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

UNIDADE 18: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 08 122 0019 2032 0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

NATUREZA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

NATUREZA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Ante ao exposto encaminho os autos à Assessoria Jurídica para análise e manifestação sobre a viabilidade legal do prazo a ser aditivado do contrato inicial, mediante celebração do Primeiro Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

Que voltem a mim os autos.

Campestre do Maranhão/MA, 02 de julho de 2026.

AURYLENE LOPES RIBEIRO

Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria nº 06/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATESTO DE VANTAJOSIDADE DAS CONDIÇÕES E DOS PREÇOS (Art. 107 da Lei nº 14.133/2021)

Referência: Contrato Administrativo nº 091.3/2025 – Adesão nº 006/2025.

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gás, peças e serviços de manutenção de centrais de ar condicionados para atender as necessidades da secretaria municipal de Assistência Social do município de Campestre do Maranhão/MA..

Contratada: **ELLEM S SOUSA LTDA**, inscrita no CNPJ 28.918.123/0001-25.

O abaixo assinado, AURYLENE LOPES RIBEIRO, Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Campestre do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

ATESTA, para todos os fins de direito, que:

As condições de execução do Contrato Administrativo nº 091.3/2025 permanecem **vantajosas** para a Administração Pública Municipal. A empresa contratada vem cumprindo regular e satisfatoriamente todas as obrigações assumidas, não havendo registro de irregularidades, falhas ou descumprimentos que desabonem a prestação dos serviços. Ressalta-se, ainda, que a manutenção do vínculo contratual se revela **vantajosa** para a Administração Pública, desde que mantidas condições contratuais adequadas e demonstrada a compatibilidade dos preços com os valores praticados no mercado.

A continuidade da contratação permite à secretaria evitar os custos administrativos e operacionais decorrentes da instauração imediata de novo procedimento de contratação para atender à mesma necessidade, além de reduzir o risco de descontinuidade dos serviços prestados pela contratada.

A prorrogação permitirá à Secretaria Municipal de Assistência Social dar continuidade aos serviços de manutenção de centrais de ar condicionados, evitando eventual descontinuidade do serviço e reduzindo os riscos decorrentes da necessidade de instauração de novo procedimento de contratação.

Desse modo, estando demonstrada a manutenção da **vantajosidade** da contratação e presentes os demais requisitos legais e contratuais, a prorrogação revela-se medida adequada ao atendimento do interesse público.



Os **preços contratados** também permanecem **vantajosos** para a Administração. O valor total estimado de **R\$ 149.526,11 (Cento e quarenta e nove mil e quinhentos e vinte e seis reais e onze centavos)** é mantido sem aplicação de reajuste para o novo período de vigência, configurando condição mais favorável do que eventual nova contratação ou renegociação para serviços contratados.

A prorrogação do prazo de vigência por mais 176(cento e setenta e seis), com nova vigência compreendida entre **09 de julho de 2026 até 31 de Dezembro de 2026**, atende ao interesse público, aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade administrativa, e está em consonância com a **Cláusula Segunda** do contrato original e com os Art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Por todo o exposto, **declaro estar preenchido o requisito legal** de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, autorizando, consequentemente, a celebração do 1º Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo.

Campestre do Maranhão/MA, 02 de julho de 2026.

AURYLENE LOPES RIBEIRO

Secretária Municipal de Assistência Social

Portaria nº 06/2025



MINUTA TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO 2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO REFERENTE AO CONTRATO: Nº 091.3/2025, NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A EMPRESA: ELLEM S SOUSA LTDA, NA FORMA ABAIXO.

MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO, CNPJ/MF nº 01.598.550/0001-17, com sede na Rua Onildo Gomes, nº 134, Centro, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e por sua secretaria a Sr.^a Aurylene Lopes Ribeiro, inscrito no CPF nº ***.146.023-**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **ELLEM S SOUSA LTDA**, inscrita no CNPJ 28.918.123/0001-25, com sede na Av. Mirante, nº 25, Bairro: Santa Rita, cidade de Governador Edson Lobão/MA, representado legalmente pela Sr.^a Ellem Silva Sousa, inscrito no CPF: ***.628.333-**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo na modalidade **ADESÃO Nº 006/2025**, Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão-MA e proposta apresentada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição na parte em que com este não conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução dos serviços por mais 176 (cento e setenta e seis) dias, nos termos da **CLAUSULA SEGUNDA** do contrato original e dos Arts. 106 e 107 da lei 14.133/21, passando a vigência a compreender o período de 09 de Julho de 2026 e término em 31 de Dezembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica mantido o valor estimado de R\$ 149.526,11 (Cento e quarenta e nove mil e quinhentos e vinte e seis reais e onze centavos), do contrato original, considerando o preço total e as quantidades totais de acordo com item 5.3 da **CLAUSULA QUINTA** do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA — DA RATIFICAÇÃO.

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do CONTRATO original não conflitantes com o presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.

O presente Termo Aditivo será publicado por extrato, na PNCP nos termos do Artigo 94 da lei nº 14.133/21, correndo as despesas às expensas do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A despesa relativa a este Termo Aditivo de contrato deverá ocorrer à conta das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO 05= FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE 18: FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL



**SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 08 244 0007 2027 0000 – GESTÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNAS.
NATUREZA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
NATUREZA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

UNIDADE 18: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 08 122 0019 2032 0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
NATUREZA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
NATUREZA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

E, por estarem de pleno acordo foi lavrado o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conformes, serão assinadas pelos representantes das partes.

Campestre do Maranhão - MA, 16 de julho de 2026.

AURYLENE LOPES RIBEIRO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria nº 06/2025
CONTRATANTE

ELLEM S SOUSA LTDA
CNPJ 28.918.123/0001-25
Representante Legal
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ CPF/MF: _____

NOME: _____ CPF/MF: _____



TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CONTRATO Nº 091.3/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 091.3/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO-MA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A EMPRESA: ELLEM S SOUSA LTDA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO CAMPESTRE DO MARANHÃO ESTADO DO MARANHÃO, com a sede na Av. Justino Teixeira de Miranda, nº 65- Centro CEP: 65968-000, Campestre do Maranhão, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob o nº 16.948.617/0001-73,, AURYLENE LOPES RIBEIRO, CPF nº 976.146.023-15 e RG nº 54424369 SSP/SP, que doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **ELLEM S SOUSA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 28.918.123/0001-25, com sede na Avenida Mirante nº 25, Bairro: Santa Rita, cidade de Governador Edison Lobão/MA, representada legalmente pelo Sr. Osailton Soares de Sousa, inscrito no CPF: ***. 135.303 **, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta na ADESAO à **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17.1/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343000.2025.2152-08** referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025**, oriundo da Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão/ MA e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92. I e II)

O objeto do presente Instrumento é **Contratação de empresa especializada no fornecimento de gás, peças e serviços de manutenção de centrais de ar condicionados para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do Municipal de Campestre do Maranhão – MA.**

SEDES (PEÇAS)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V.UNI	V.TOTAL
1	CAPACITOR DE PARTIDA 25 + 5 UF CENTRAIS DE AR CONDICIONADOS DE 9.000 BTUS	Unidades	34	R\$ 24,50	R\$ 833,00
2	CAPACITOR DE PARTIDA 25 + 5 UF CENTRAIS DE AR CONDICIONADOS DE 12.000 BTUS	Unidades	15	R\$ 24,50	R\$ 367,50
3	CAPACITOR DE PARTIDA 35 + 5 UF CENTRAIS DE AR CONDICIONADOS DE 18.000 BTUS	Unidades	90	R\$ 69,62	R\$ 6.265,80
4	CAPACITOR DE PARTIDA 55 + 5 UF CENTRAIS DE AR CONDICIONADOS DE 24.000 BTUS	Unidades	15	R\$ 58,83	R\$ 882,45
5	CAPACITOR DO MOTOR VENTILADOR 1,5 UF 250V, EVAPORADORAS DE CENTRAIS DE AR CONDICIONADOS DE 7.000 A 12.000 BTUS	Unidades	3	R\$ 17,52	R\$ 52,56



SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL



6	CAPACITOR DO MOTOR VENTILADOR 2,5 UF 350V EVAPORADORAS / CONDENSADORA DE CENTRAIS CONDICIONADOS DE 9.000 A 18.000 BTUS	Unidades	2	R\$ 26,39	R\$ 52,78
7	MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA CENTRAIS CONDICIONADOS DE 9.000 BTUS	Unidades	5	R\$ 316,65	R\$ 1.583,25
8	MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA CENTRAIS CONDICIONADOS DE 12.000 BTUS	Unidades	3	R\$ 378,99	R\$ 1.136,97
9	MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA CENTRAIS CONDICIONADOS DE 18.000 BTUS	Unidades	4	R\$ 323,54	R\$ 1.294,16
10	MOTORVENTILADOR DA CONDENSADORA CENTRAIS CONDICIONADOS DE 24.000 BTUS	Unidades	3	R\$ 310,53	R\$ 931,59
13	PLACA ELETRÔNICA PARA EVAPORADORA CONVENCIONAL DE 12.000 BTUS 220 WLTS	Unidades	4	R\$ 292,13	R\$ 1.168,52
14	PLACA ELETRÔNICA PARA EVAPORADORA CONVENCIONAL DE 18.000 BTUS 220 WLTS	Unidades	5	R\$ 306,92	R\$ 1.534,60
15	PLACA ELETRÔNICA PARA EVAPORADORA DE 24.000 BTUS 220 WLTS	Unidades	3	R\$ 401,91	R\$ 1.205,73
16	CAPACITOR DO MOTOR VENTOLADOR 3,5 UF 350/380V CONDESADORA DE CENTRAIS CONDICIONADOS DE AR 9.000 A 18.000 BTUS	Unidades	16	R\$ 16,59	R\$ 265,44
17	CAPACITOR DO MOTOR VENTOLADOR 4,5 UF 350/380V CONDESADORA DE CENTRAIS CONDICIONADOS DE AR 12.000 A 24.000 BTUS	Unidades	66	R\$ 17,90	R\$ 1.181,40
18	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA CENTRAIS CONDICIONADOS DE 9.000 BTUS	Unidades	2	R\$ 234,67	R\$ 469,34
19	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA CENTRAIS CONDICIONADOS DE 12.000 BTUS	Unidades	4	R\$ 300,01	R\$ 1.200,04
20	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA CENTRAIS CONDICIONADOS DE 18.000 BTUS	Unidades	5	R\$ 295,98	R\$ 1.479,90
21	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA CENTRAIS CONDICIONADOS DE 24.000 BTUS	Unidades	5	R\$ 306,33	R\$ 1.531,65
22	HÉLICE DA CONDENSADORA DE CENTRAIS CONDICIONADOS 9.000 BTUS	Unidades	4	R\$ 147,47	R\$ 589,88
23	HÉLICE DA CONDENSADORA DE CENTRAIS CONDICIONADOS 12.000 BTUS	Unidades	2	R\$ 147,47	R\$ 294,94



SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL



24	HÉLICE DA CONDENSADORA DE CENTRAIS CONDICIONADOS 18.000 BTUS	Unidades	2	R\$ 259,27	R\$ 518,54
25	HÉLICE DA CONDENSADORA DE CENTRAIS CONDICIONADOS 24.000 BTUS	Unidades	2	R\$ 187,25	R\$ 374,50
26	PLACA DISPLAY UNIVERSAL 220V, PARA EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO DE 7.000 A 30.000 BTUS	Unidades	2	R\$ 139,65	R\$ 279,30
27	SENSOR TEMPERATURA AMBIENTE PARA EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO	Unidades	5	R\$ 111,00	R\$ 555,00
28	SENSOR TEMPERATURA EVAPORADORA 7,8K PARA EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO DE 9.000 A 24.000 BTUS	Unidades	5	R\$ 60,66	R\$ 303,30
29	SENSOR TEMPERATURA EVAPORADORA 7,5K PARA EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO DE 7.000 A 12.000 BTUS	Unidades	25	R\$ 43,91	R\$ 1.097,75
30	VARETA SOLDA FOSCO PER COM BANHO 2,40MM X 46CM	Unidades	5	R\$ 5,28	R\$ 26,40
31	CONEXÃO CANO DE COBRE (1/4 CENTRAIS DE 7.000 A 18.000 BTUS)	Unidades	50	R\$ 16,89	R\$ 844,50
32	CONEXÃO CANO DE COBRE (3/8 CENTRAIS DE 7.000 A 24.000 BTUS)	Unidades	50	R\$ 29,20	R\$ 1.460,00
33	CONEXÃO CANO DE COBRE (5/8 CENTRAIS DE 18.000 A 30.000 BTUS)	Unidades	50	R\$ 35,50	R\$ 1.775,00
34	TUBULAÇÃO ESPONJOSA CANO DE COBRE (1/4 CENTRAIS DE 7.000 A 18.000 BTUS)	Metros	50	R\$ 2,25	R\$ 112,50
35	TUBULAÇÃO ESPONJOSA CANO DE COBRE (1/5 CENTRAIS DE 12.000 A 24.000 BTUS)	Metros	50	R\$ 5,44	R\$ 272,00
36	TUBULAÇÃO ESPONJOSA CANO DE COBRE (3/8 CENTRAIS DE 7.000 A 24.000 BTUS)	Metros	50	R\$ 6,99	R\$ 349,50
37	TUBULAÇÃO ESPONJOSA CANO DE COBRE (5/8 CENTRAIS DE 18.000 A 30.000 BTUS)	Metros	50	R\$ 8,39	R\$ 419,50
38	SUPORTE PARA CONDENSADORA 450mm	Unidades	50	R\$ 60,83	R\$ 3.041,50
39	CABO PP 4X2,5 - FIO FLEXIVEL 4 VIAS DE 2,5 MM	Metros	50	R\$ 396,66	R\$ 19.833,00
40	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4X50 ROSCA SOBERBA	Caixas	125	R\$ 167,58	R\$ 20.947,50
41	REFIL CILINDRO GÁS MAP 400G	Unidades	15	R\$ 76,96	R\$ 1.154,40
42	FITA DE PVC SEM ADESIVO 100MM X 10M	Unidades	40	R\$ 9,73	R\$ 389,20
TOTAL					R\$ 78.074,89
SEDES (SVC)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V.UNIT	V.TOTAL



1	CARGA DE GÁS R-32 CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	P/AR	Serviços	12	R\$ 236,02	R\$ 2.832,24
2	CARGA DE GÁS R-32 CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	P/AR	Serviços	15	R\$ 236,02	R\$ 3.540,30
3	CARGA DE GÁS R-32 CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	P/AR	Serviços	27	R\$ 236,02	R\$ 6.372,54
4	CARGA DE GÁS R-32 CONDICIONADO DE 9.000 BTUS	P/AR	Serviços	25	R\$ 236,02	R\$ 5.900,50
5	CARGA DE GÁS R-22 OU R-410 CONDICIONADO DE 9.000 BTUS	P/AR	Serviços	25	R\$ 506,99	R\$ 12.674,75
6	CARGA DE GÁS R-22 OU R-410 CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	P/ AR	Serviços	16	R\$ 506,99	R\$ 8.111,84
7	CARGA DE GÁS R-22 OU R-410 CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	P/ AR	Serviços	25	R\$ 506,99	R\$ 12.674,75
8	CARGA DE GÁS R-22 OU R-410 CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	P/ AR	Serviços	25	R\$ 506,99	R\$ 12.674,75
9	HIGIENIZAÇÃO COMPLETA DE BEBEDOUROS		Serviços	5	R\$ 231,29	R\$ 1.156,45
10	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM TROCA DE PEÇAS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PEÇAS QUANDO HOUVER NECESSIDADE PARA OS APARELHOS DE AR CONDICIONADO 9.000 A 30.000 BTUS, INSTALADOS NOS PRÉDIOS		Serviços	30	R\$ 183,77	R\$ 5.513,10
TOTAL						R\$ 71.451,22
VALOR TOTAL GERAL						R\$ 149.526,11

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. Ata de Registro de Preço;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta do contratado;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92. V)

5.1 O valor total da contratação é de **R\$ 149.526,11** (Cento e quarenta e nove mil e quinhentos e vinte e seis reais e onze centavos)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92. V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92. V)

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92. X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado; através do fiscal de contrato Sr. **Domingos Dias Lucena Oliveira, Matrícula: 15617-2.**



- 8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,



previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10 CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3 Multa:

11.3.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;



- 11.3.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 11.3.3 O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 11.3.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021)
- 11.3.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.3.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021)
- 11.3.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.3.8 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.3.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.4 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):
- 11.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.4.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 11.4.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.4.4 os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 11.4.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.5 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.6 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021)
- 11.7 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021)
- 11.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.
- 11.9 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92. XIX)

- 12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- 12.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - 12.3.2 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.8 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.8.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
 - 12.8.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 12.8.3 Indenizações e multas.
- 12.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.10 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92. VIII)

- 13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ORGÃO 05= FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE 18: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 08 244 0007 2027 0000 – GESTÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNAS.
NATUREZA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
NATUREZA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

UNIDADE 18: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 08 122 0019 2032 0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
NATUREZA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
NATUREZA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

- 13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUITA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do Município na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Franco - MA. para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Campestre do Maranhão – MA, 08 de julho de 2025

AURYLENE LOPES RIBEIRO
Secretaria Municipal de Assistência Social
Portaria nº 06/2025
CONTRATANTE

ELLEM S SOUSA LTDA
CNPJ nº 28.918.123/0001-25
Representante Legal
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Luiz Fernando de Jesus C. Brito CPF nº 608.802.822-12

Nome: [Assinatura] CPF nº 058.594.480-09

PARECER JURÍDICO

Análise da viabilidade legal do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo

PROCESSO ADM.	343000.2025.2152-08
CONTRATO	nº 091.3/2025
MODALIDADE	Adesão nº 006/2025 à ARP nº 17.1/2025 – Pregão Eletrônico nº 017/2025 (Governador Edson Lobão/MA)
CONTRATANTE	Município de Campestre do Maranhão / Secretaria Municipal de Assistência Social / Fundo Municipal de Assistência Social
CONTRATADA	ELLEM S SOUSA LTDA – CNPJ 28.918.123/0001-25
OBJETO	Fornecimento de gás, peças e serviços de manutenção de centrais de ar-condicionado para a Secretaria Municipal de Assistência Social
VALOR ESTIMADO	R\$ 149.526,11 (cento e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e seis reais e onze centavos)
PEDIDO	Prorrogação de prazo por 176 (cento e setenta e seis) dias, de 09/07/2026 a 31/12/2026

FUNDAMENTO	Arts. 92, 94, 105, 106, 107 e 132 da Lei nº 14.133/2021 e Cláusula Segunda do contrato original

I – EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. LEI Nº 14.133/2021. CONTRATO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTOS CONTÍNUOS. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. ARTS. 106 E 107. ATESTE DE VANTAJOSIDADE. ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA (ART. 132).

II – RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por despacho de 02 de julho de 2026, da Secretária Aurylene Lopes Ribeiro, Portaria nº 06/2025, solicitando manifestação desta Assessoria Jurídica acerca da viabilidade legal da celebração do Primeiro Termo Aditivo de prorrogação de prazo do Contrato Administrativo nº 091.3/2025, firmado com a empresa ELLEM S SOUSA LTDA.

O contrato originário, assinado em 08 de julho de 2025, tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de gás, peças e serviços de manutenção de centrais de ar-condicionado para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. A avença decorre de adesão à Ata de Registro de Preços nº 17.1/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 017/2025 da Prefeitura Municipal de Governador Edson Lobão/MA, Processo Administrativo nº 343000.2025.2152-08.

A Cláusula Segunda do instrumento original estabelece vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo e ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. O valor total é meramente estimativo, no montante de R\$ 149.526,11, pagando-se apenas os quantitativos efetivamente executados.

O pedido de prorrogação foi formalizado pelo Ofício nº 072.3/2026-SEMAD, de 01 de julho de 2026, da Secretária Municipal de Administração, postulando acréscimo de 176 (cento e setenta e seis) dias, com nova vigência de 09 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026, sem alteração de objeto e com manutenção do valor estimado, sem reajuste.

Documentos que instruem o feito

- a) Ofício nº 072.3/2026-SEMAD, de 01/07/2026;
 - b) Despacho da Secretária Municipal de Assistência Social à Assessoria Jurídica, de 02/07/2026, com justificativa da necessidade e indicação das dotações orçamentárias;
 - c) Ateste de Vantajosidade das condições e dos preços, de 02/07/2026, firmado pela autoridade competente, com fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021;
 - d) Minuta e texto do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo;
 - e) Contrato Administrativo nº 091.3/2025, de 08/07/2025.
-

É o relatório. Passo a opinar.

III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

3.1. Natureza da contratação e regime jurídico aplicável

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, disciplina a duração dos contratos administrativos no Capítulo V do Título III. O art. 105 determina que a duração será a prevista no edital, observadas a disponibilidade de créditos orçamentários e, quando o prazo ultrapassar um exercício financeiro, a previsão no plano plurianual.

O art. 106 autoriza a celebração de contratos com prazo de até cinco anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, exigindo: (i) ateste de maior vantagem econômica da contratação plurianual; (ii) ateste, no início da contratação e de cada exercício, da existência de créditos orçamentários e da vantagem em sua manutenção; e (iii) faculdade de extinção sem ônus quando não houver crédito ou quando o contrato deixar de oferecer vantagem.

O art. 107, dispositivo nuclear da presente consulta, dispõe:

“Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

O objeto contratado — fornecimento de gás refrigerante, peças de reposição e serviços de manutenção preventiva e corretiva de centrais de ar-condicionado — possui caráter contínuo e permanente, vinculado ao funcionamento regular

das unidades da rede socioassistencial. Enquadra-se, portanto, na hipótese dos arts. 106 e 107.

3.2. Previsão contratual de prorrogação

O art. 107 exige previsão no edital. No caso, o Contrato nº 091.3/2025, que se vincula ao edital e à ata de registro de preços (item 1.1 do instrumento), contém expressa autorização na Cláusula Segunda:

“2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.”

Está, portanto, preenchido o requisito da previsão editalícia/contratual. A prorrogação não é direito da contratada, mas faculdade da Administração, exercida no interesse público.

3.3. Ateste de vantajosidade

O art. 107 condiciona a prorrogação ao ateste da autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos. O Ateste de Vantajosidade de 02 de julho de 2026, firmado pela Secretária Municipal de Assistência Social, preenche formalmente esse requisito ao declarar que:

-
- f) a contratada vem cumprindo regular e satisfatoriamente as obrigações, sem registro de irregularidades que desabonem a prestação;
 - g) a continuidade evita custos de nova licitação e o risco de descontinuidade do serviço;
-

- h) o valor estimado de R\$ 149.526,11 será mantido sem reajuste no novo período, o que se afirma mais favorável do que eventual nova contratação.
-

Do ponto de vista jurídico, o ateste existe e foi lavrado pela autoridade competente.

3.4. Prazo pretendido e limite decenal

A vigência original é de 12 meses a contar de 08 de julho de 2025, encerrando-se, portanto, em 07/08 de julho de 2026. A prorrogação postulada inicia-se em 09 de julho de 2026 e finda em 31 de dezembro de 2026, totalizando 176 dias. A contagem confere. O período alinha a vigência ao término do exercício financeiro, o que é administrativamente conveniente.

Trata-se da primeira prorrogação. Somados o prazo inicial (12 meses) e o aditivo (cerca de 6 meses), a avença permanece muito aquém do limite decenal do art. 107. Não há óbice temporal.

Impõe-se, entretanto, que o termo aditivo seja assinado ainda durante a vigência do contrato original. Aditivo firmado após o termo final configura, em regra, nova contratação, e não prorrogação. As minutas estão datadas de 06 de julho de 2026, data compatível com essa exigência.

3.5. Valor, reajuste e equilíbrio econômico-financeiro

A minuta mantém o valor estimado de R\$ 149.526,11, sem reajuste. A Cláusula Sétima do contrato original prevê irreajustabilidade no primeiro ano e, após o interregno anual, aplicação do IPCA. A Administração optou por não aplicar reajuste no período prorrogado, condição que o próprio ateste considera vantajosa. Essa opção é lícita, desde que não implique desequilíbrio em desfavor da contratada a ponto de inviabilizar a execução, e desde que a contratada anua ao instrumento — o que se presume com a assinatura do aditivo.

Não se trata de acréscimo quantitativo (art. 124, I) nem de reequilíbrio (art. 124, II). O aditivo é exclusivamente de prazo. Os pagamentos continuarão a observar a Cláusula 5.3: o valor é estimativo e a despesa corresponderá aos quantitativos efetivamente fornecidos e executados.

3.6. Adesão à ata de registro de preços

O contrato deriva de adesão à ARP nº 17.1/2025. Uma vez formalizado o contrato da adesão, ele se sujeita ao regime próprio dos arts. 105 a 107, desde que o instrumento preveja a prorrogação — o que ocorre. A eventual expiração da ata geradora não impede, por si só, a prorrogação do contrato já celebrado,

porque o vínculo obrigacional passou a ter vida própria. Deve-se, contudo, observar os limites quantitativos da adesão original e não utilizar o aditivo de prazo como veículo para ampliar objeto ou quantitativos além do contratado.

3.7. Regularidade da contratada e vedação do item 2.5

A Cláusula 9.11 do contrato obriga a contratada a manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação. O item 2.5 veda a prorrogação se a empresa houver sofrido declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar. O despacho afirma que não há registro de sanção, inexecução relevante ou fato impeditivo. Essa afirmação deve ser corroborada, nos autos, por certidões atualizadas (federal, estadual, municipal, FGTS, trabalhista e consulta ao CEIS/CNEP), lavradas em data próxima à assinatura do aditivo.

3.8. Dotação orçamentária

O art. 105 e o art. 106, II, exigem disponibilidade de créditos orçamentários. O despacho e a minuta indicam as seguintes dotações do Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão 05 / Unidade 18 — 08.244.0007.2027.0000 (Gestão de Outros Programas do FNAS) e 08.122.0019.2032.0000 (Gestão Administrativa do Fundo), naturezas 3.3.90.39.00 e 3.3.90.30.00.

A indicação é formalmente suficiente. Compete à área financeira/contábil atestar a existência efetiva de saldo e, se o caso, promover o empenho ou o reforço correspondente ao exercício de 2026, nos termos da Cláusula 13.2 do contrato original (dotação de exercícios seguintes indicada após a LOA, mediante apostilamento).

3.9. Formalização e publicação

O art. 132 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a formalização do termo aditivo é condição para a execução das prestações dele decorrentes e que o aditivo deve ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica, salvo urgência justificada. O presente parecer atende a essa exigência.

O art. 94 dispõe que a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis da assinatura, no caso de licitação, ou de 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta. Como o contrato origina-se de pregão eletrônico (adesão a ARP), recomenda-se a publicação no PNCP no prazo de 20 dias úteis, além da divulgação no sítio oficial do Município, conforme a Cláusula Décima Sexta do contrato original.

V – RECOMENDAÇÕES

Antes da assinatura do termo aditivo, recomenda-se à área demandante e à gestão contratual:

1. Corrigir a minuta nos termos do item 3.10 deste parecer (numeração das cláusulas, número do contrato e redação da vigência).
 2. Juntar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e de FGTS, além de consulta ao CEIS e ao CNEP, em data próxima à assinatura.
 3. Obter manifestação da área financeira quanto à disponibilidade orçamentária e à necessidade de empenho/reforço para o exercício de 2026.
 4. Colher a anuência expressa da contratada no próprio termo aditivo, com identificação do representante legal.
 5. Assinar o instrumento até o termo final da vigência original (08/07/2026).
 6. Publicar o extrato no PNCP e no sítio oficial do Município, nos prazos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
-

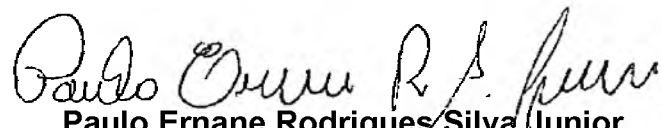
VI – CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 92, 94, 105, 106, 107 e 132 da Lei nº 14.133/2021 e na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 091.3/2025, esta Assessoria Jurídica OPINA PELA VIABILIDADE LEGAL da celebração do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo, por 176 (cento e setenta e seis) dias, com vigência de 09 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026, mantido o valor estimado de R\$ 149.526,11, sem alteração de objeto, desde que observadas as ressalvas e recomendações constantes deste parecer.

O presente pronunciamento tem natureza opinativa. Não vincula a autoridade competente, a quem cabe a decisão de gestão, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência consolidada quanto ao caráter auxiliar da consultoria jurídica.

É o parecer, que submeto à consideração da autoridade consulente.

Campestre do Maranhão/MA, 06 de julho de 2026.



Paulo Ernane Rodrigues Silva Junior

Procurador Geral do Município

Matrícula 15.634 – OAB/MA 20.326



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE
PRORROGAÇÃO DE PRAZO REFERENTE AO
CONTRATO: Nº 091.3/2025, NO MUNICÍPIO DE
CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA, ATRAVÉS
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA
SOCIAL E A EMPRESA: ELLEM S SOUSA LTDA,
NA FORMA ABAIXO.**

MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO, CNPJ/MF nº 01.598.550/0001-17, com sede na Rua Onildo Gomes, nº 134, Centro, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e por sua secretaria a Sr.^a Aurylene Lopes Ribeiro, inscrito no CPF nº ***.146.023-**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **ELLEM S SOUSA LTDA**, inscrita no CNPJ 28.918.123/0001-25, com sede na Av. Mirante, nº 25, Bairro: Santa Rita, cidade de Governador Edson Lobão/MA, representado legalmente pela Sr.^a Ellem Silva Sousa, inscrito no CPF: ***.628.333-**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo na modalidade **ADESÃO Nº 006/2025**, Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão-MA e proposta apresentada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição na parte em que com este não conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução dos serviços por mais 176 (cento e setenta e seis) dias, nos termos da **CLAUSULA SEGUNDA** do contrato original e dos Arts. 106 e 107 da lei 14.133/21, passando a vigência a compreender o período de 09 de Julho de 2026 e término em 31 de Dezembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica mantido o valor estimado de **R\$ 149.526,11 (Cento e quarenta e nove mil e quinhentos e vinte e seis reais e onze centavos)**, do contrato original, considerando o preço total e as quantidades totais de acordo com item 5.3 da **CLAUSULA QUINTA** do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA — DA RATIFICAÇÃO.

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do **CONTRATO** original não conflitantes com o presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.

O presente Termo Aditivo será publicado por extrato, na PNCP nos termos do Artigo 94 da lei nº 14.133/21, correndo as despesas às expensas do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A despesa relativa a este Termo Aditivo de contrato deverá ocorrer à conta das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO 05= FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE 18: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 08 244 0007 2027 0000 – GESTÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNAS.

NATUREZA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

NATUREZA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Av. Justino Teixeira de Miranda, nº 65, Setor Administrativo- CEP:65968-000

Campestre do Maranhão-MA

CNPJ: 01.598.550/0001-17

www.campestredomaranhao.ma.gov.br



UNIDADE 18: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 08 122 0019 2032 0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

NATUREZA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

NATUREZA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

E, por estarem de pleno acordo foi lavrado o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conformes, serão assinadas pelos representantes das partes.

Campestre do Maranhão - MA, 06 de julho de 2026.

AURYLENE LOPES RIBEIRO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria nº 06/2025
CONTRATANTE

ELLEM S SOUSA LTDA
CNPJ 28.918.123/0001-25
Representante Legal
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

NOME: CPF/MF: 058.594.483.09

NOME: CPF/MF: 041.641.703.52

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE**ELLEM S SOUSA LTDA**

OSAILTON SOARES DE SOUSA, brasileiro, solteiro, natural de São Pedro - PI, nascido em 16/12/1964, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Governador Edison Lobão - MA, á Avenida Mirante, nº 25, Bairro Santa Rita, CEP 65928-000, portador da Carteira de Identidade nº 0384522920096 SESP/MA CPF nº 243.135.303-63.

Único sócio componente da sociedade empresária limitada **ELLEM S SOUSA LTDA**, NIRE SOB nº 21201387619, por despacho de 12/06/2023, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 28.918.123/0001-25, estabelecida Avenida Mirante, nº 25, Bairro Santa Rita, CEP 65928-000, Governador Edison Lobão – MA, resolvem, assim, alterar o contrato social mediante as clausulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – Entra na sociedade a socia **ELLEM SILVA SOUSA**, brasileira, casada comunhão parcial de bens, natural de Imperatriz MA, nascida em 15/05/1992, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Governador Edison Lobão - MA, á Avenida Mirante, nº 25, Bairro Santa Rita, CEP 65928-000, portador da Carteira de Identidade nº 0346134020081 SESP/MA CPF nº 046.628.333-45.

CLAUSULA SEGUNDA - Retira-se da sociedade neste ato o socio **OSAILTON SOARES DE SOUSA**, acima qualificado, que cede e transfere para a atual sócia majoritária, **ELLEM SILVA SOUSA**, acima qualificado, quantia supra de 6.750 (Seis Mil Setecentos e Cinquenta) quotas do capital social de sua propriedade, ao preço nominal de R\$ 1,00 (um real) cada ao preço total de R\$ 6.750,00 (Seis Mil Setecentos e Cinquenta Reais).

CLAUSULA TERCEIRA – Em razão da alteração contida na Clausula Primeira, desta alteração, declara o sócio retirante **OSAILTON SOARES DE SOUSA**, nada ter a haver desta sociedade, pelo que, neste ato dá plena, geral e irrevogável quitação de paga e satisfeita para nada mais reclamar em época alguma sob qualquer título ou pretexto.

CLAUSULA QUARTA – Ainda, em razão das alterações contidas nas Clausulas Primeira e Segunda, desta alteração, o capital social de R\$ 6.750,00 (Seis Mil Setecentos e Cinquenta Reais), divididos em 6.750 (Seis Mil Setecentos e Cinquenta) quotas ficam assim distribuídas:

Sócio Unilateral:

Nome	Quant.de Quotas	Valor em R\$	% Capital
ELLEM SILVA SOUSA	6.750	6.750,00	100%
TOTAIS	6.750	6.750,00	100%

Parágrafo I: a sociedade permanecerá unipessoal, por tempo indeterminado.

CLAUSULA QUINTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Social Original e alterações posteriores não atingidas pela presente alteração.

ELLEM S SOUSA LTDA

A vista da modificação ora ajustada, consolida-se o ato constitutivo com seguinte redação

CLAUSULA PRIMEIRA – A sociedade gira sob nome empresarial de **ELLEM S SOUSA LTDA** e tem sede e domicílio na Avenida Mirante, 25, Bairro Santa Rita, CEP 65928-000, em Governador Edison Lobao – MA

CLAUSULA SEGUNDA - O capital social é de 6.750,00(Seis Mil Setecentos e Cinquenta Reais), dividido em 6.750 (Seis Mil Setecentos e Cinquenta) Cotas no valor nominal de 1,00(Hum Real) cada uma, todas totalmente integralizadas em moeda corrente do país pelo sócio.

Nome	Quant.de Quotas	Valor em R\$	% Capital
GILVAN LIMA	6.750	6.750,00	100%
TOTAIS	6.750	6.750	100%

CLAUSULA TERCEIRA - O objetivo da sociedade é a instalação e manutenção de sistema de centrais de ar condicionado de ventilação e refrigeração, Manutenção e reparação de maquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, Comercio varejista especializado de eletrodoméstico e equipamentos de áudio e vídeo, Manutenção e reparação de motocicletas, Comercio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios.

CLAUSULA QUARTA – A sociedade iniciou suas atividades em 23/10/2017 e tem prazo de duração por tempo indeterminado.

CLAUSULA QUINTA - As cotas são indivisíveis e não podem ser cedidas e transferidas a terceiros sem o consentimento do sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas á venda, formalizando-se realizado a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA SEXTA - A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas responde solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLAUSULA SETIMA - A administração da sociedade cabe a sócia **ELLEM SILVA SOUSA**, com poderes e atribuições, sendo-lhe autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em seu favor ou de terceiros.

Paragrafo único – Fica acordado na sociedade que o sócio pode assinar todos os negócios sociais da empresa.

CLAUSULA OITAVA - Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro o administrador presta contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLAUSULA NONA - Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberam sobre as contas e designam ao administrador quando for o caso.

ELLEM S SOUSA LTDA

CLAUSULA DECIMA – A sociedade pode em qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra pendência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – O sócio pode fazer uma retirada mensal, a título de pro-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA– Falecendo ou interditado o sócio a sociedade continua suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes o do sócio remanescentes, o valor de seus haveres sendo apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, á data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento pode ser adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

E por estarem em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento particular lavrado, obrigam-se a cumprir a presente alteração Contratual, assinando-o abaixo, em 01(Uma) via destinada a registro na **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO** e devolvida aos contratantes depois de anotadas.

Imperatriz(MA), 30 de Setembro de 2025

OSAILTON SOARES DE SOUSA

ELLEM SILVA SOUSA



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ELLEM S SOUSA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04662833345	ELLEM SILVA SOUSA
24313530363	OSAILTON SOARES DE SOUSA

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/10/2025 14:47 SOB N° 20251166414.
PROTOCOLO: 251166414 DE 02/10/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12515901904. CNPJ DA SEDE: 28918123000125.
NIRE: 21201387619. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 24/09/2025.
ELLEM S SOUSA LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.